

-----ACTA DA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ODEMIRA, REALIZADA NO DIA VINTE E DOIS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL:-----

-----Aos vinte e dois dias do mês de Setembro do ano de dois mil, realizou-se, na sala de sessões da Câmara Municipal de Odemira, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, presidida pelo senhor Manuel Amaro Freire Marreiros Figueira, secretariado apenas pelo senhor Manuel da Luz Guerreiro (Segundo Secretário), e convocada pelo primeiro ao abrigo do número um do artigo quadragésimo nono da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, conjugado com o disposto na alínea b) do número um do artigo décimo quarto do respectivo Regimento, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

-----I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

- 1. Leitura de expediente;-----
- 2. Apreciação de assuntos de interesse para o concelho.-----

-----II– PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

- 1. Cumprimento do disposto na alínea e) do nº 1 do artº. 53º da Lei nº 169/99 de 18/09: apreciação;-----
- 2. Tomada de posse dos membros do Conselho Municipal de Segurança, em cumprimento do artigo 9º da Lei nº 33/98, de 18 de Julho;-----
- 3. Regulamento do Conselho Municipal de Segurança: apreciação e aprovação definitiva, em cumprimento do nº 3, do artº 6º da Lei nº 33/98, de 18 de Julho;-----
- 4. Derrama a lançar no ano de 2000 pagável em 2001: apreciação e deliberação;-----
- 5. Contribuição Autárquica aplicável ao ano de 2000 pagável em 2001: apreciação e deliberação;-----
- 6. Pedido de autorização para doação de metade do lote nº76, do Loteamento Municipal de S. Luís, pertencente a Elsa Maria da Silva Guerreiro Candeias: apreciação e

- deliberação;-----
- 7. Café da Biblioteca Municipal “José Saramago” – Projecto de Regulamento da Concessão: apreciação e deliberação;-----
- 8. Projecto de Regulamento Municipal de Medalhas Honorificas: apreciação e deliberação;-----
- 9. Projecto de Regulamento Municipal para a concessão de apoios a estruturas sociais desfavorecidas ou dependentes: apreciação e aprovação;-----
- 10. Proposta de recrutamento de um Director de Projecto Municipal para a área das técnicas informáticas: apreciação e deliberação;-----
- 11. Proposta de alteração das estruturas da Associação de Municípios do Distrito de Beja: apreciação e deliberação;-----
- 12. Relatório da Comissão de Inquérito da Assembleia Municipal, para apuramento da responsabilidade das estruturas directivas da Escola Profissional de Odemira, na recusa de matricula ao aluno Nuno Miguel Santos Silva: apreciação e deliberação.-----

-----III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:-----

-----**ABERTURA DA SESSÃO**-----

-----Pelas dez horas e quinze minutos, o senhor Presidente da Assembleia declarou, nos termos da Lei, aberta a sessão e, depois de saudar os presentes, passou a palavra ao Segundo Secretário que procedeu à chamada, tendo-se verificado, após algumas chegadas mais tardias, a presença de trinta e dois membros, a saber os senhores Alberto Fernando Silva Jaques Pedras, Amâncio Francisco Mendes da Piedade, Aníbal Mendes Simão, António Augusto Fernandes Alves Paulino, António Carlos da Silva Vilhena Roberto, António Eduardo Guerreiro Silva, António Maria de Jesus Guerreiro, Catarina da Luz Martiniano Ramos, Dominic Robin Cross, Dulce Loução de Matos Raposo, Horácio de Oliveira Gonçalves, Humberto Inácio da Encarnação, João Maria Salvador, Joaquim Maria da Silva Rodrigues, Joaquim Maurício

Conceição Rosa, Jorge Martins Parreira, José da Silva Valério, José David Fernandes Geraldo, José Henrique Lopes, José Manuel da Silva, José Manuel Reis Guerreiro, José Maria Joana, Manuel Amaro Freire Marreiros Figueira, Manuel Bartolomeu Afonso da Palma, Manuel da Luz Guerreiro, Manuel José Silva Correia, Maria Emília José Gomes da Silva, Maria Manuela da Silva Soares Guerreiro, Mário Neves Páscoa Conceição, Raúl Manuel Carrilo da Silva Vicente e Rui Boura Xavier, e ausentes os senhores Filipe José Guerreiro Palma, José Manuel Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de Relíquias, Rogério Manuel Bagarrão Teixeira e Sérgio Brigido Martins. Pelo facto do senhor José Manuel Guerreiro Ferreira da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, se ter ausentado da sala, na altura em que foi lida a Minuta da presente acta e não ter assinado a respectiva lista de presença, por lapso foi-lhe atribuída falta, na citada minuta.-----

-----Do executivo da Câmara Municipal de Odemira, estiveram presentes, para além do senhor António Manuel Camilo Coelho, Presidente da Câmara Municipal de Odemira, os senhores António Manuel Viana Afonso, Carlos Alberto Silva Oliveira e José Alberto Candeias Guerreiro, Vereadores eleitos pelo Partido Socialista.-----

-----Reportando-se às faltas verificadas nas sessões anteriores, o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que à sessão ordinária realizada no dia trinta de Junho do ano de dois mil, não havia justificado a falta o senhor Rogério Manuel Bagarrão Teixeira.-----

-----Ainda antes de se iniciar a discussão dos assuntos agendados para a presente sessão, o senhor Presidente da Assembleia propôs que o segundo ponto dos assuntos do Período da Ordem do Dia, passasse para o primeiro ponto do Período Antes da Ordem do Dia. Esta proposta foi aprovada por consenso.-----

-----**I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**Ponto um: TOMADA DE POSSE DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, EM CUMPRIMENTO DO ARTIGO NONO DA LEI NÚMERO TRINTA**

E TRÊS, BARRA NOVENTA E OITO DE DEZOITO DE JULHO: Em cumprimento do artigo nono da Lei número trinta e três barra noventa e oito de dezoito de Julho, procedeu-se à tomada de posse dos membros do Conselho Municipal de Segurança, a qual ficou registada em acta própria, que ficará arquivada no maço de documentos da presente sessão.-----

-----**Ponto dois:** LEITURA DE EXPEDIENTE: A exemplo das sessões anteriores, embora todos os presentes se encontrassem munidos de fotocópias dos mapas-resumo da correspondência recebida e expedida desde a última sessão ordinária, o senhor Presidente da Assembleia colocou, os respectivos originais, à disposição de eventuais interessados, para melhor esclarecimento.-----

-----Não havendo qualquer intervenção, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

-----**Ponto três:** APRECIACÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO: Neste ponto registaram-se as seguintes intervenções:-----

-----O senhor António Roberto discordou que tivesse sido atribuído um lugar de estacionamento privado ao senhor Pedro & Mantovani, em Vila Nova de Milfontes. Disse também que, para além do citado estacionamento ter a largura de toda a loja, fica situado na rua principal de Vila Nova de Milfontes e a loja, em pleno verão mantém-se fechada. Com a escassez de estacionamento que existe, discordou com a presente situação;-----

-----O senhor Rui Xavier referiu que em Vila Nova de Milfontes, em alguns estabelecimentos comerciais, haviam “tipo estendais de produtos”, utilizando muitas vezes a via pública para colocarem os objectos para venda. Face ao exposto considerou que, para uma zona turística ficava mal esse tipo de comércio;-----

-----O senhor Jorge Parreira, membro eleito pelo Partido Social Democrata, apresentou a proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----**PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO**-----

-----**DESPORTO FONTE DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO**-----

-----“De acordo com o Decreto-Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, e conforme o artigo nº 53º na alínea o) do ponto um, os membros da Assembleia, em representação do Partido Social Democrata (PSD), apresentam à consideração desta Instituição o assunto a seguir enunciado:---

-----As condições orográficas de Santa Clara-a-Velha valorizadas pelo engenho humano, permitiram a construção de uma das melhores, mais bonitas e importantes barragens do País.---

-----São inegáveis, e do conhecimento comum, os grandes benefícios proporcionados pela barragem a todo o concelho. Tais proventos, depois de identificados pela Câmara, podem considerar-se como uma mais valia, e, se por ela apoiados, contribuem, de forma decisiva, para o desenvolvimento do concelho, tanto na economia como no desporto ou turismo.-----

-----Os elementos do PSD crêem, pelo exposto, que a realização de vários prémios desportivos de regatas em wind-surf, vela, provas de canoagem e remo, na barragem, se revelariam de suma importância para o turismo e desenvolvimento económicos de Santa Clara-a-Velha e do concelho.-----

-----A melhor época para a realização dos primeiros prémios enunciados, será, em nosso entender, a Páscoa e poderão ser considerados, já, para o ano de 2001.-----

-----Pela importância do evento, pronuncie-se a Assembleia sobre a sua efectivação.-----

-----Os membros da Assembleia do Partido Social Democrata-----

-----Jorge Martins Parreira-----

-----António Carlos S. Vilhena Roberto-----

-----Odemira, 22 de Setembro de 2000”;

----A senhora Dulce Raposo informou que durante a realização do Festival Sudoeste, passou por o local do festival e ficou abismada relativamente ao estacionamento dos automóveis. Considerou que havia muita confusão e se houvesse alguma emergência seria muito difícil sair daquela zona. Considerou ainda que deveria haver mais coordenação e organização do trânsito

na zona do festival, para benefícios dos que frequentam o festival e para a restante população;--

-----A senhora Catarina Ramos, Presidente da Junta de Freguesia de Bicos, questionou para quando estava prevista a pavimentação da estrada das Terrazinas. Considerou ainda que a rede de água de Foros da Caiada e Fornalhas Novas deveria ser construída de raiz;-----

-----O senhor Joaquim Rodrigues questionou como se processava a autorização para os cortes dos caminhos, uma vez que a segurança do Festival Sudoeste, tinha cortado um caminho com uma corda, o que tinha provocado um acidente a um morador que se deslocava de motorizada.-

-----Informou ainda que o saneamento básico do Malavado “ia a bom ritmo”, porém existiam cerca de quinze habitações que não estavam contempladas.-----

-----Por último, informou que haviam algumas lixeiras no Malavado e considerou que a Câmara Municipal ou a Junta de Freguesia deveria dar conhecimento à população, dos horários de recolha do lixo;-----

-----O senhor Aníbal Simão, Presidente da Junta de Freguesia de Pereiras-Gare, perguntou em que situação se encontrava a negociação do terreno para o Bairro Municipal, o Caminho Municipal número mil cento e noventa e um e o alcatroamento das ruas de Pereiras-Gare;-----

-----O senhor José Valério, Presidente da Junta de Freguesia de Luzianes-Gare, lembrou o grave problema da falta de água na sua freguesia. Questionou também sobre as electrificações previstas para a zona de Luzianes-Gare e em que situação se encontrava a electrificação do Bairro Municipal;-----

-----O senhor Alberto Pedras perguntou se haviam progressos no processo do Parque de Campismo de Santa Clara-a-Velha. Informou ainda que tinha sido requerida a limpeza da Ribeira de Corte Sevilha, porém o empreiteiro tinha limpo a parte que já havia sido limpa aquando das intempéries.-----

-----Manifestou ainda o seu descontentamento em relação ao local escolhido pela Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Velha para instalação do Posto de Turismo, considerando que “têm

sido uns assassinos dos espaços verdes daquela freguesia.”-----

----Por último, perguntou quem era o responsável pela obra do Pontão das Cruzes (Câmara Municipal ou Junta de Freguesia), dado que alguns homens que se encontravam a trabalhar eram de uma empresa, da qual o Presidente da Junta de Freguesia também era proprietário;----

----O senhor António Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, perguntou em que situação se encontrava o processo de construção das barragens da Gema e Água Branca;-----

----O senhor Rui Xavier questionou de quem era a responsabilidade dos acessos às praias do concelho, se seria da Câmara Municipal ou do Parque Natural, uma vez que os acessos às praias de Vila Nova de Milfontes e do Malhão estavam muito maus;-----

----O senhor António Guerreiro relembrou a questão das fossas de Santana da Serra que se encontravam a correr para a barragem de Santa Clara-a-Velha e questionou se o senhor Presidente da Assembleia já tinha mais alguma informação.-----

-----Evocando o direito de resposta, interveio o senhor António Paulino, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Velha, que informou que já tinha informado o senhor Presidente da Câmara que estavam a limpar a ribeira do Corte Sevilha, no mesmo local que já tinha sido limpo. Disse também que tinha alertado o senhor Director Regional do Ambiente para essa questão, em Julho, já tinha feito uma recordatória e até ao momento ainda não tinha recebido qualquer resposta.-----

----Quanto à questão de “serem assassinos dos espaços verdes”, informou que a Junta de Freguesia tinha colocado um multibanco num jardim que não era frequentado por ninguém e abatido algumas árvores para implantação do Porto de Turismo, porque entendiam que deveria ficar situado à entrada da localidade.-----

----Por último, considerou que as pessoas não estavam habituadas a ver coisas novas na sua freguesia e dado que existia uma boa relação entre a sua Junta de Freguesia e a Câmara Municipal, as obras começavam a surgir.-----

-----Evocando o direito de resposta, interveio o senhor José Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que informou que tinha havido uma reunião entre ele e a organização do Festival Sudoeste, por causa do corte das estradas e tinha ficado acordado que a todos os moradores da zona envolvente, seriam entregues cartões de livre trânsito assinados pela respectiva organização do festival, pelo que as pessoas estavam informadas de tudo.-----

----Quanto à questão das lixeiras, informou que a carrinha da Junta de Freguesia de São Teotónio fazia a recolha do lixo todas as semanas, porém dada a extensão da sua freguesia era impossível chegarem a todo o lado ao mesmo tempo. Face ao exposto, agradecia que quem soubesse da existência de lixeiras que informassem a Junta de Freguesia, para posteriormente fazerem a recolha, até porque em alguns casos não tinham conhecimento da sua existência.-----

-----O senhor Joaquim Maurício, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Santiago, falou na aquisição de terreno para a construção do loteamento municipal. Considerou ainda que, com a nova escola em Colos, seria importante que existisse um caminho em condições entre Vale de Santiago e Colos. Por último, lembrou a questão do ramal do Monte Negro.-----

-----Às questões colocadas, interveio o senhor Presidente da Câmara que informou que iria verificar a questão do estacionamento privado e dos “estendais” dos comerciantes, em Vila Nova de Milfontes. Quanto à proposta apresentado pelo senhor Jorge Parreira, informou que concordava com os desportos propostos e informou que anteriormente já tinha existido alguns pedidos para os desportos motorizados, os quais não tinham sido aceites, uma vez que a barragem era uma fonte de abastecimento de água à população.-----

----Relativamente à questão da segurança no Festival Sudoeste, disse que apesar de não ser visível, tinha funcionado em pleno, segundo informações dos Bombeiros Voluntários de Odemira e da Guarda Nacional Republicana, uma vez que haviam vias paralelas que faziam o trânsito de emergência.-----

----Quanto à estrada das Terrazinas, informou que a obra estava em fase de adjudicação, e bem



assim concordou que deveriam ser projectadas redes novas para o abastecimento de água para os Foros da Caiada e Fornalhas Novas.-----

----Disse ainda que o caminho municipal número mil cento e noventa e um estava adjudicado, e bem assim que já se encontrava aberto o concurso relativo à passagem superior de nível de Pereiras-Gare. Quanto ao alcatroamento das ruas daquela freguesia, disse que as obras iniciariam assim que fosse possível. Referiu ainda que brevemente iria reunir com a E.D.P. – Distribuição de Energia, S.A., na qual iria apresentar a questão da electrificação do loteamento Municipal de Luzianes-Gare.-----

----Quanto ao Parque de Campismo de Santa Clara-a-Velha, informou que o Instituto Nacional da Água estava a elaborar o Plano de Ordenamento da Barragem, pelo que logo que “tivesse luz verde”, avançariam com o projecto, uma vez que haviam investidores interessados.-----

----Informou também que tinha comunicado à Direcção Regional do Ambiente que estavam a limpar a ribeira de Corte Sevilha, no mesmo local que já tinha sido limpa. Teve conhecimento que tinha vindo um técnico ao local que ficou de lhe enviar um relatório, sobre o assunto.-----

----Por último, referiu que o Pontão das Cruzes era uma colaboração entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Velha.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia que informou que tinha indicações que o estudo de impacte ambiental das barragens da Gema e Água Branca, seria desfavorável à construção das barragens nos locais indicados, considerando que a área do golfo da barragem relativamente ao volume armazenado era muito grande.-----

-----Interveio novamente o senhor Presidente da Câmara que informou que os acessos às praias deveria ser da responsabilidade do Parque Natural, mas tinha sido a Câmara Municipal em colaboração com as Juntas de Freguesia, a fazer-los.-----

----Quanto à estrada de Vale de Santiago a Colos disse que o projecto estava a ser actualizado e orçamentado. Disse ainda que ia tentar falar com o senhor Presidente da Câmara Municipal

de Ourique, sobre o Ramal do Monte Negro.-----

-----Evocando o direito de resposta, interveio o senhor Alberto Pedras que informou, que enquanto foi Presidente da Junta de Freguesia, tinha tido boas relações com a Câmara Municipal.-----

-----Interveio novamente o senhor Presidente da Câmara que informou que a obra do saneamento básico do Malavado já tinha cerca de quinze mil contos de trabalhos a mais, pelo que talvez fosse mais correcto, fazer um novo projecto para as cerca de quinze habitações que não estavam abrangidas pelo presente.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia, que colocou a discussão a proposta apresentada pelo senhor Jorge Parreira, membro eleito pelo Partido Social Democrata.-----

-----Interveio o senhor José Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que considerou que, não deveria ser a Câmara Municipal, mas sim as associações culturais e desportivas ou outras entidades, a promover este tipo de actividades. Revelou ainda que estaria de acordo com as actividades desportivas na barragem desde que não fossem motorizadas, porque tratava-se da água que abastecia a população.-----

-----Interveio o senhor Jorge Parreira que informou que, quando propunha que a Câmara Municipal apoiasse esse tipo de actividades, tinha sido no sentido de permitir facilidades e divulgar a proposta ou a até mesmo instituir um prémio.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia que informou que, por parte da Associação de Beneficiários do Mira tinham tentado dinamizar actividades na barragem, havendo inclusivamente vários interessados que pretendiam que se criassem pólos de desenvolvimento à volta do aproveitamento da albufeira.-----

----Por último, disse que a Associação de Beneficiários do Mira não poderia fazer muito mais, porque os seus estatutos proibiam que se desenvolvesse actividades fora do sector agrícola ou agro-industrial, porém tinha conhecimento de algumas iniciativas promovidas pela Associação

Portuguesa de Pesca do Achigã.-----

-----Interveio o senhor Vereador Carlos Oliveira, que considerou que a barragem de Santa Clara-a-Velha era um pólo de desenvolvimento do concelho de Odemira, porém no momento não estava ordenada. Informou ainda que ela se encontrava integrada num plano de desenvolvimento turístico do concelho. Quanto à proposta apresentada pelo senhor Jorge Parreira, considerou que qualquer actividade deveria ter qualidade, pelo que deveriam ter alguns conhecimentos técnicos.-----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da presente proposta, a qual foi aprovada por maioria, correspondendo a onze votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, cinco votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, quatro abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista, sete abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e uma abstenção do membro independente, quando estavam presentes trinta membros da Assembleia.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que apresentou “O Voto de Congratulações”, em nome dos membros eleitos pelo Partido Socialista, que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

#### -----**VOTO DE CONGRATULAÇÃO**-----

-----“Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Odemira, face à recente ratificação e publicação em Diário da República do Plano Director Municipal de Odemira, propõem um voto de congratulação pelo facto, já que há 15 longos longos anos que tal era tentado sem sucesso, propondo ainda que sejam transmitidas ao senhor Presidente da Câmara Municipal e equipa do PDM, as felicitações da Assembleia Municipal pelo grande esforço e dedicação postos na resolução do assunto.-----

-----Odemira, 22 de Setembro de 2000”-----

-----Interveio o senhor António Roberto que questionou quem era a equipa do Plano Director Municipal e considerou que se deveria estender os agradecimentos aos anteriores executivos municipais.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que referiu que a equipa do Plano Director Municipal incluía todas as pessoas que estiveram relacionadas com a elaboração do plano desde o seu início, quer funcionários quer os executivos municipais.-----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação do presente documento, o qual foi aprovada por maioria, com quinze votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, um voto a favor do membro independente e duas abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes vinte e nove membros da Assembleia.-----

-----Atendendo ao avanço da hora, pelas treze horas, interrompeu-se a sessão para dar lugar ao período habitualmente reservado ao almoço.-----

-----Pelas quinze horas, depois de verificado o quorum, retomaram-se os trabalhos, dando-se continuidade ao tratamento dos assuntos agendados para esta sessão.-----

-----Ainda antes de se iniciar o tratamento dos assuntos do Período da Ordem do Dia, o senhor Presidente da Assembleia, informou os presentes do resultado da reunião havida no passado dia catorze de Setembro, da Comissão de Trabalho da Assembleia Municipal relativa à visita dos membros da Assembleia Municipal ao concelho de Odemira.-----

-----Referiu ainda que a citada visita tinha sido agendada para o dia doze de Outubro, Quinta-feira, e que posteriormente seria remetido o itinerário. Disse também que os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia envolvidas na visita, seriam contactados para sugerirem locais de visita, e bem assim que seria convocada uma sessão extraordinária para esse fim.-----

-----**II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**Ponto um:** CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO DA LEI NÚMERO CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO: Neste ponto registaram-se as seguintes intervenções:-----

-----O senhor José da Silva, referindo-se à décima segunda folha do relatório, questionou o porquê da Estrada Nacional número duzentos e sessenta e dois surgir apenas com cerca de quinze quilómetros de obras a executar. Informou ainda que o Partido Comunista Português tinha apresentado no Parlamento, um requerimento relativo à citada estrada, tendo sido respondido que iria ser disponibilizada verba para o próximo ano para a sua reparação integral e não apenas de quinze quilómetros;-----

-----O senhor Jorge Parreira, referindo-se à décima segunda página do relatório, relativo à reparação de alguns troços, questionou em que locais se situavam as obras em causa. Questionou ainda onde se situavam as quatro pequenas barragens que foram construídas para incêndios.-----

-----Por último, perguntou que tipo de recuperação e restauro estavam a fazer nas escolas primárias, uma vez que já se tratavam de verbas altas;-----

-----O senhor António Guerreiro, informou que as quatro pequenas barragens para incêndios tinham sido construídas na “Varejeira” e na “Herdade do Reguengo” na freguesia de São Luís, no “Espinhaço” na freguesia de São Martinho das Amoreiras e nas “Alturas”, na freguesia de Sabóia;-----

-----O senhor António Roberto referindo-se ao fornecimento de refeições pelo sistema de “catering”, alertou para o facto do Governo ter fixado para este ano lectivo, duzentos e sessenta e dois escudos por refeição, não contemplando este valor os custos de deslocação, pelo que no presente caso esse valor iria ser bastante inflacionado. Considerou também que à Fundação

Odemira convinha ter um sócio como a Câmara Municipal, a nível de verba subsidiada.-----

-----Face ao exposto, referiu que não estava contra a presente proposta, porém considerava mais correcto que essas refeições fossem apenas distribuídas pelos alunos das zonas onde não existissem refeitórios, enquanto que os outros iriam almoçar aos refeitórios das outras escolas.--

-----Interveio o senhor Vereador Carlos Oliveira que informou, que no ano anterior tinham servido cerca de cinquenta e uma mil refeições nas escolas do concelho de Odemira, tornando-se uma das preocupações a nível de acção social da Câmara Municipal.-----

-----Considerou ainda que se deveria continuar a fornecer as refeições aos alunos de todas as escolas, porque em alguns casos era grande a distância entre elas. Informou também que os subsídios atribuídos à Fundação Odemira, no caso da aquisição de equipamento operacional para as escolas, quando o protocolo terminasse ficaria a fazer parte integrante do património das escolas, bem como as carrinhas adquiridas para o transporte das refeições ficariam para a Câmara Municipal.-----

-----Por último, referiu que com esse sistema conseguiam chegar a todas as escolas do circuito previsto, e bem assim, considerou que era das actividades mais dignas a nível social, de apoio às crianças contribuindo inclusivamente para maior sucesso escolar e assiduidade dos alunos.---

-----Interveio o senhor José Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que congratulou-se com a assinatura dos acordos de colaboração para reparação das estradas, bem como com a aquisição por parte da Câmara Municipal de um terreno para o jardim municipal em São Teotónio, lamentando contudo que os senhores Vereadores eleitos pela Coligação Democrática Unitária, tivessem votado contra o primeiro caso e abstido no segundo.-

-----Interveio o senhor António Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, que relativamente às refeições dos alunos nas escolas em Colos, informou que a nova escola tinha um refeitório que suportava cerca de setenta e cinco alunos, porém actualmente a referida escola tinha cerca de duzentos e noventa alunos. Face ao exposto, considerou que o refeitório

não teria capacidade de resposta se tivesse de dar as refeições para os alunos infantário e do primeiro ciclo.-----

-----Interveio o senhor Jorge Parreira que considerou que o problema levantado pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Colos, passava pela organização do refeitório da escola, dado que nenhum refeitório tinha capacidade para a totalidade dos alunos de cada escola.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia que referindo-se à décima quarta folha do relatório, informou que o Caminho Municipal número mil duzentos e vinte e sete da Terrazina, não estava concluído mas em fase de adjudicação.-----

-----Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

-----**Ponto Dois:** REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA: APRECIACÃO E APROVAÇÃO DEFINITIVA, EM CUMPRIMENTO DO NÚMERO TRÊS, DO ARTIGO SEXTO DA LEI NÚMERO TRINTA E TRÊS BARRA NOVENTA E OITO DE DEZOITO DE JULHO:

Foi novamente presente o Regulamento em epígrafe, já com a alteração proposta pelo Conselho Municipal de Segurança que reuniu no dia vinte e dois de Maio do corrente ano, para aprovar o regulamento provisório elaborado pela Assembleia Municipal e que seguidamente se transcreve:-----

-----“...Verificado que foi o quorum, passou-se de seguida à análise do Regulamento Provisório aprovado pela Assembleia Municipal em sua reunião ordinária de 30/04/99, tendo sido apresentadas pelos conselheiros Dr. José Joaquim Coutinho Carvalho e Dr<sup>a</sup>. Maria de Fátima Brito, respectivamente as seguintes alterações:-----

----1 – Deverá ser modificado na alínea K do Artigo 4º a seguinte expressão “Presidentes dos Conselhos Directivos das Escolas C+S, Escola Profissional, Colégio Nossa Sr<sup>a</sup> da Graça” por “Presidentes das Comissões Executivas das EBI’s e EB 2+3 e Colégio Nossa Senhora da Graça”.-----

-----2 – Fazerem parte das entidades a que se refere a alínea K do Artigo 4º a Directora do Estabelecimento Prisional de Odemira e um representante do Instituto de Reinserção Social.----

-----Não tendo havido mais intervenções foi o referido regulamento, com as alterações atrás referidas colocado à votação, tendo sido por unanimidade decidido prestar parecer favorável, devendo o mesmo ser enviado à Assembleia Municipal para esta definitivamente discutir e aprovar o Regulamento”-----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação desta proposta, a qual foi aprovada por unanimidade, correspondendo a quinze votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, onze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e um voto a favor do membro independente, quando estavam presentes vinte e nove membros da Assembleia.-----

-----**Ponto Três: DERRAMA A LANÇAR NO ANO DE 2000 PAGÁVEL EM 2001:** Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“DERRAMA A LANÇAR NO ANO DE 2000 PAGÁVEL EM 2001:- Foi presente um documento subscrito pelo Senhor Presidente da Câmara propondo o lançamento de uma derrama à taxa de 10% sobre a colecta do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas que, proporcionalmente, corresponde ao rendimento gerado na área do Município por sujeitos passivos que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, destinada a acorrer ao financiamento de investimentos.-----

-----A Câmara Municipal, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea a), do nº.6, do artº. 64º., da Lei nº.169/99, de 18 de Setembro, deliberou, por unanimidade, propor à Assembleia Municipal, para efeitos do disposto uma alínea f), do nº.2, do artº. 53º., do mesmo diploma, que seja autorizado o lançamento de uma derrama nos termos propostos, cujo produto



será destinado a fazer face aos investimentos que se prosseguem em vários domínios e que, com a entrada em vigor do Quadro Comunitário de Apoio III em que, embora existam apoios aos investimentos, o Município terá de assegurar sempre uma previsível comparticipação que poderá ir até os 30%.

Mais foi deliberado, por unanimidade, solicitar aos Senhor Director de Finanças do Distrito de Beja que seja autorizada a liquidação e cobrança da referida derrama, conjuntamente com a colecta do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas”.

Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da presente proposta, a qual foi aprovada por unanimidade, correspondendo a dezasseis votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, onze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e um voto a favor do membro independente, quando estavam presentes trinta membros da Assembleia.

**Ponto quatro: CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA APLICÁVEL AO ANO DE 2000 PAGÁVEL EM 2001:** Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara que explicou a razão, da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:

“CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA APLICÁVEL AO ANO DE 2000 PAGÁVEL EM 2001:- Pelo Senhor Presidente da Câmara foi apresentado um documento propondo a aplicação de uma taxa de 1% relativamente à Contribuição Autárquica aplicável ao ano de 2000 e a cobrar no ano de 2001 bem como, em caso de aprovação, a sua apresentação para apreciação e deliberação na próxima reunião da sessão da Assembleia Municipal.

Apreciado o assunto a Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta apresentada e submeter o assunto à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal”.

Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da presente proposta, a qual

foi aprovada por unanimidade, correspondendo a dezasseis votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, onze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e um voto a favor do membro independente, quando estavam presentes trinta membros da Assembleia.-----

-----**Ponto cinco:** PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA DOAÇÃO DE METADE DO LOTE NÚMERO SETENTA E SEIS, DO LOTEAMENTO MUNICIPAL DE SÃO LUÍS, PERTENCENTE A ELSA MARIA DA SILVA GUERREIRO CANDEIAS: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara que explicou a razão, da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“LOTEAMENTO MUNICIPAL DE SÃO LUÍS – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA DOAÇÃO DE METADE DO LOTE N.º.76 PERTENCENTE A ELSA MARIA DA SILVA GUERREIRO CANDEIAS:”- Foi presente uma carta datada de 2000/08/02, enviada por Elsa Maria da Silva Guerreiro Candeias informando que, após a celebração da escritura de compra e venda do lote em epígrafe, contraiu matrimónio com Manuel António Candeias, no regime da comunhão de bens adquiridos pelo que, em virtude de se tornar necessário que o nome do seu cônjuge conste na titularidade do lote para poder recorrer ao crédito à habitação, conforme exigência da Caixa Geral de Depósitos, solicita autorização para doar metade do lote ao referido cônjuge marido.-----

-----Depois de devidamente apreciado o assunto a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a referida pretensão e, tendo em atenção que o Regulamento para Alienação de Lotes de Terreno pertencentes ao Património do Município de Odemira, não prevê tal situação, o assunto deverá ser submetido à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal”.-----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da presente proposta, a qual foi aprovada por unanimidade, correspondendo a dezasseis votos a favor dos membros eleitos

pelo Partido Socialista, doze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e um voto a favor do membro independente, quando estavam presentes trinta e um membros da Assembleia.

-----**Ponto seis:** CAFÉ DA BIBLIOTECA MUNICIPAL “JOSÉ SARAMAGO” – PROJECTO DE REGULAMENTO DA CONCESSÃO: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“CAFÉ DA BIBLIOTECA MUNICIPAL JOSÉ SARAMAGO – PROJECTO DE REGULAMENTO DA CONCESSÃO PARA O SEU FUNCIONAMENTO:- Foi presente, para análise, um Projecto de Regulamento da Concessão para Funcionamento do Café da Biblioteca Municipal José Saramago que vai ficar apenso ao maço de documentos referente à presente acta.-----

-----Depois de devidamente apreciado a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Projecto de Regulamento em epígrafe, devendo ser remetido para apreciação e eventual aprovação pela Assembleia Municipal”.-----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da presente proposta, a qual foi aprovada por unanimidade, correspondendo a quinze votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, doze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e um voto a favor do membro independente, quando estavam presentes trinta membros da Assembleia.-----

-----**Ponto sete:** PROJECTO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE MEDALHAS HONORIFICAS: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“REGULAMENTO MUNICIPAL DE MEDALHAS HONORÍFICAS – PROJECTO:-

Foi presente um projecto de Regulamento Municipal de Medalhas Honoríficas a vigorar no Concelho de Odemira que vai ficar apenso ao maço de documentos respeitantes à presente acta.-----

-----Depois de devidamente apreciado a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar aquele projecto de Regulamento, devendo ser enviado para a Assembleia Municipal para apreciação e eventual aprovação”.-----

-----Interveio o senhor Jorge Parreira que referiu que discordava com o ponto número três do artigo décimo, uma vez que quem recebesse a medalha tinha tido mérito para isso, pelo que esse mérito não lhe deveria ser retirado. Face ao exposto propôs que fossem retirados os pontos números três e quatro do décimo artigo do presente regulamento.-----

-----Interveio o senhor Dominic Cross que apresentou as seguintes propostas:-----

-----**PROPOSTA UM**-----

-----No artigo dois, ponto dois – acrescentar ...”ambiental”.-----

-----**PROPOSTA DOIS**-----

-----No artigo quatro, ponto um – em vez de “...aprovado por maioria”, ficaria “...aprovado por dois terços”.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que informou que o presente Regulamento resultava de legislação diversa e da consulta a outros regulamentos de outras Câmaras Municipais. Disse ainda que a questão da retirada da medalha estava em todos os regulamentos e considerava que uma medalha que era dada por mérito e honra, deveria manter-se com a pessoa enquanto esses atributos se mantivessem. Informou ainda que, ao órgão que atribuía a medalha cabia o direito de a retirar se assim o entendesse.-----

-----Interveio o senhor António Roberto que considerou que a atribuição de uma medalha era para premiar méritos passados e não méritos futuros.-----

-----Interveio o senhor Joaquim Rodrigues que referiu que discordava que fosse retirada a

medalha.-----

-----Interveio o senhor Rui Xavier que referiu que o Regulamento referia que perdia o direito à medalha e não que lhe era retirada, ou seja que ficaria proibido de ostentá-la.-----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação das proposta de alteração ao Regulamento:-----

-----A) Proposta, apresentada pelo senhor Jorge Parreira, eleito pelo Partido Social Democrata. Foi rejeitada por maioria, correspondendo a quinze votos contra dos membros eleitos pelo Partido Socialista, um voto contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto contra do membro independente, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e nove abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes vinte e oito membros da Assembleia.-----

-----B) Proposta um, apresentada pelo senhor Dominic Cross, eleito pela Coligação Democrática Unitária. Foi rejeitada por maioria, correspondendo a quinze votos contra dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e um voto a favor do membro independente, quando estavam presentes vinte e oito membros.-----

-----C) Proposta dois, apresentada pelo senhor Dominic Cross, eleito pela Coligação Democrática Unitária. Foi rejeitada por maioria, correspondendo a quinze votos contra dos membros eleitos pelo Partido Socialista, um voto contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, oito votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e abstenção do membro independente, quando estavam presentes vinte e sete membros.-----

-----Finalmente, procedeu-se à votação do Regulamento, o qual foi aprovado por maioria, correspondendo a quinze votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, três votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor do membro

independente, um voto contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos contra dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e seis abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes vinte e oito membros da Assembleia.-----

-----Interveio o senhor Dominic Cross, eleito pela Coligação Democrática Unitária que apresentou a Declaração de Voto que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----**DECLARAÇÃO DE VOTO**-----

-----“Voto contra o Regulamento Municipal de Medalhas Honorificas, dado as propostas apresentadas pela minha pessoa terem sido chumbadas.-----

----Nesse sentido o Regulamento perde credibilidade dado poder-se atribuir por maioria e não pela opinião de dois terços, assim poderão ser atribuídas medalhas a quem não merece e não a quem por consenso geral.-----

----Outro facto lamentável num concelho integrado numa paisagem protegida, não seja visto o ambiente como factor de qualidade e onde exista pessoas que diariamente se empenham pela sua preservação.-----

-----Dominic Cross”-----

-----**Ponto oito: PROJECTO DE REGULAMENTO MUNICIPAL PARA CONCESSÃO DE APOIOS A ESTRUTURAS SOCIAIS DESFAVORECIDAS OU DEPENDENTES:** Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“REGULAMENTO MUNICIPAL PARA A CONCESSÃO DE APOIO A ESTRUTURAS SOCIAIS DESFAVORECIDAS OU DEPENDENTES – PROJECTO:- Foi presente um projecto de Regulamento Municipal para a Concessão de Apoio a Estruturas Sociais Desfavorecidas ou Dependentes que vai ficar apenso ao maço de documentos respeitante à presente acta.-----

-----Depois de devidamente apreciado a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar aquele projecto de Regulamento, devendo o mesmo ser enviado à Assembleia Municipal para apreciação e eventual aprovação”.-----

-----Interveio o senhor Rui Xavier que considerou que deveria haver uma grande avaliação da situação e económico financeira das pessoas que solicitavam esse tipo de apoio.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que informou que qualquer solicitação de apoio seria bem analisada, nomeadamente o grau de dificuldade financeira do proponente.-----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da presente proposta, a qual foi aprovado por maioria, correspondendo a catorze votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, um voto a favor do membro independente, uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Socialista, uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, quando estavam presentes vinte e nove membros da Assembleia.-----

-----**Ponto nove:** PROPOSTA DE RECRUTAMENTO DE UM DIRECTOR DE PROJECTO MUNICIPAL PARA A ÁREA DAS TÉCNICAS INFORMÁTICAS: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“SERVIÇOS INFORMÁTICOS MUNICIPAIS – DIRECTOR DE PROJECTO MUNICIPAL – PROPOSTA PARA RECRUTAMENTO:”- Foi presente uma Proposta datada de 04/09/00, subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara referindo da necessidade de se proceder ao recrutamento de um director de projecto municipal para a área em epígrafe e indigitando, para o efeito, o licenciado em Gestão Informática, António Manuel Camelo Gouveia; caso, a sua proposta fosse aceite aquele licenciado seria nomeado, em regime de

substituição, pelo período de um ano, abrindo-se, entretanto, concurso público para provimento do lugar, auferiria a remuneração mensal correspondente a chefe de divisão municipal e submeter-se-ia o presente assunto à consideração da Exm<sup>a</sup>. Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea d) do artº. 2º. do Decreto-Lei nº.514/99, de 24 de Novembro.-----

-----Apreciado o assunto a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta devendo o assunto ser presente à apreciação e deliberação da Exm<sup>a</sup>. Assembleia Municipal”.-----

-----Interveio a senhora Dulce Raposo que questionou se não deveria ter sido aberto um concurso para ocupação do lugar.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que informou que posteriormente, no prazo de um ano seria aberto concurso.-----

-----Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação desta proposta, a qual foi devidamente aprovada por maioria, correspondendo a quinze votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, um voto a favor do membro independente, um voto contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes vinte e nove membros da Assembleia.-----

-----**Ponto dez: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS DO DISTRITO DE BEJA**: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO DISTRITO DE BEJA – ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS DA AMDB, NOS TERMOS DA LEI Nº.172/99, DE 21 DE SETEMBRO:- Foi presente o ofício nº.1.599, datado de 2000/08/24, da Associação de Municípios do Distrito de



Beja, enviando uma proposta de Alteração aos Estatutos da AMDB, aprovados pelo seu Conselho de Administração em reunião de 21 de Agosto findo, solicitando a sua apreciação pela Câmara Municipal e, em caso de concordância, que os mesmos sejam submetidos à aprovação da Assembleia Municipal, tendo em conta o prazo limite estipulado na Lei, (21 de Setembro de 2000, para deliberação da Assembleia Intermunicipal).-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar com três votos a favor dos Senhores Vereadores da CDU e quatro abstenções dos Senhores Presidente e Vereadores do Partido Socialista, pelo que o assunto deverá ser presente à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação”.-----

-----Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação desta proposta, a qual foi rejeitada por maioria, correspondendo a treze votos contra dos membros eleitos pelo Partido Socialista, oito votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, duas abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista, quatro abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, duas abstenções dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e uma abstenção do membro independente, quando estavam presentes trinta membros da Assembleia.-----

-----**Ponto onze:** RELATÓRIO DA COMISSÃO DE INQUÉRITO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, PARA APURAMENTO DA RESPONSABILIDADE DAS ESTRUTURAS DIRECTIVAS DA ESCOLA PROFISSIONAL DE ODEMIRA, NA RECUSA DE MATRICULA AO ALUNO NUNO MIGUEL SANTOS SILVA: Foi presente o relatório que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----**RELATÓRIO**-----

-----“Relatório da Comissão de Inquérito nomeada na sessão ordinária da Assembleia Municipal de Odemira, realizada em 20/12/99, para apuramento da responsabilidade das estruturas directivas da Escola Profissional de Odemira, na recusa de matrícula ao aluno Nuno

Miguel Santos Silva.-----

-----Das provas documentais anexas a este documento e dele fazendo parte integrante e dos testemunhos prestados na reunião de 12/01/2000, pelos corpos directivos da Escola Profissional de Odemira (previamente convocados pelo executivo municipal), é possível concluir o seguinte:-----

-----1. Provou-se que a EPO não rejeitou a matrícula, antes pelo contrário a manteve em suspenso, procurando ultrapassar dificuldades legais junto da Direcção Regional de Educação do Alentejo, até à data não superadas.-----

-----2. Provou-se que a EPO, em reuniões e contactos vários tem procurado criar condições para resolver a situação, apesar de como a lei refere, as Escolas Profissionais não integrarem o ensino especial e o Nuno Silva estar incluído nesse grupo.-----

-----3. Provou-se não corresponder à verdade a afirmação que a família veiculou de não ter qualquer informação, já que em diversas reuniões, o aluno, a sua mãe e/ ou a sua assistente social terem sido postos ao corrente da situação e do decurso do processo.-----

-----4. Conclui-se, por fim e em síntese, que a EPO desenvolveu os esforços possíveis para a melhor resolução do assunto. Apesar dos mesmos terem resultado infrutíferos, recomenda esta Comissão que se continue a trabalhar no sentido de encontrar uma solução que melhor sirva os interesses do aluno e da escola”.-----

-----Interveio a senhora Dulce Raposo que referiu que não entendia o porquê da Escola Profissional ter demorado quase dois meses a dar resposta ao fax da Direcção Regional de Educação do Alentejo, no qual solicitavam cópia do processo de matrícula do aluno, bem como a interpretação dada pela escola.-----

-----Questionou ainda a razão do resultado dos testes que o aluno tinha feito na escola, não terem sido conhecidos. Por último, informou que o aluno já tinha sido chamado para frequentar a escola, porém tinha de se responsabilizar pelo seu transporte.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia que informou que após análise dos documentos, tinham concluído que não tinha havido negligência por parte da escola e que inclusivamente a mãe do aluno estava informada do desenrolar do processo.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que informou, que a escola tinha assumido que não tinha condições para admitir aquele aluno, e bem assim questionou-se se seria da sua competência, a resolução do problema. Disse também que a mãe do aluno estava ao corrente do desenrolar do processo e a escola desenvolveu os esforços possíveis para a resolução do assunto, tanto que no momento o aluno estava admitido, havendo apenas problemas a nível de transporte.-----

-----Interveio o senhor José Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que informou que tinha conhecimento do assunto e que inclusivamente o aluno tinha ido solicitar à Junta de Freguesia a disponibilização de transporte para poder frequentar a Escola Profissional de Odemira.-----

-----Interveio o senhor António Roberto que alertou os presentes para o facto do aluno em causa ter sido avaliado segundo a alínea i) do número dois, do segundo artigo, do Decreto-Lei número trezentos e dezanove barra noventa e um, que se aplica a alunos com necessidades educativas especiais, pelo que pressupunha a definição de objectivos mínimos e a criação de currículos alternativos.-----

----Referiu ainda que não sabia se o aluno tinha o nono ano, ou se teria apenas um diploma de frequência, porque o processo não tinha o registo biográfico do aluno, tinha apenas a ficha de inscrição da escola preenchida pelo próprio aluno.-----

----Por último, considerou que os resultados dos testes feitos ao aluno não deveriam ser afixados, porque relacionavam-se com o seu grau de inteligência e se fossem muito maus, poderiam influenciar o aluno pela negativa.-----

-----Interveio o senhor Jorge Parreira que considerou que os resultados finais obtidos nas

provas realizadas na escola, demonstravam as grandes dificuldades que o aluno tinha.-----

-----Interveio o senhor José Lopes que informou que em Lisboa havia numa escola própria para estes casos e não era necessário pagar nada para o aluno ficar lá.-----

-----Não havendo mais intervenções, interveio o senhor Presidente da Assembleia que propôs que fosse votado o envio do presente relatório à Escola Profissional de Odemira e ao responsável pelo aluno. Após ter sido colocado à votação, foi devidamente aprovado por unanimidade, correspondendo a quinze votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, onze votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata e um voto a favor do membro independente, quando estavam presentes vinte e nove membros da Assembleia.-----

-----**III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:**-----

-----Foi presente um requerimento apresentado pelo senhor Acácio Matias Pereira, sobre um processo que lhe tinha sido instaurado pelo Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, relativo à utilização de solos agrícolas, no seu prédio rústico denominado “Medo Comprido”, que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

-----“Exmº Senhor-----

-----Presidente da Assembleia Municipal-----

-----de Odemira-----

-----ACÁCIO MATIAS PEREIRA, Agricultor residente em Touril – S. Teotónio, vem requerer a V. Exª se digne colocar à consideração da Assembleia Municipal o processo que lhe foi instaurado pelo Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, no sentido desta Assembleia determinar a adopção de medidas, em conjunto com a Câmara Municipal, que possibilitem alterar uma situação que por hora me atinge a mim e alguns agricultores, mas que não sendo atalhada causará no futuro sérios prejuízos ao Concelho de Odemira.-----

-----Odemira, 20 de Setembro de 2000”-----

-----Interveio o senhor Presidente da Assembleia que propôs que fosse constituída uma Comissão de Trabalho, para analisar o presente processo. Esta proposta foi aprovada por consenso, pelo que a Comissão de Trabalho integraria os seguintes elementos: Presidente da Assembleia Municipal de Odemira; Presidente da Câmara Municipal de Odemira ou o Vereador José Alberto Candeias Guerreiro; António Maria de Jesus Guerreiro, representante dos membros eleitos pelo Partido Socialista; José da Silva Valério, representante dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária; António Carlos da Silva Vilhena Roberto, representante dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata; Raúl Manuel Carrilo da Silva Vicente, membro independente.-----

-----Estiveram também presentes um grupo de moradores do Bairro do Municipal de São Luís, que vieram reclamar pelo facto dos arruamentos ainda não terem sido feitos, apesar de já residirem lá muitos habitantes. Reclamaram ainda que no verão havia muito pó e no inverno havia muita lama, tornando-se quase impossível o trânsito de veículos e apesar de terem colocado alguma gravilha, não tinha resolvido o problema.-----

-----Interveio o senhor Presidente da Câmara que informou que o projecto dos arruamentos do Bairro Municipal de São Luís estava em fase de conclusão, prevendo-se que as obras se iniciassem brevemente.-----

-----Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.-----

#### -----**APROVAÇÃO EM MINUTA**-----

-----Nos termos do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, foram aprovadas em Minuta todas as deliberações tomadas para que produzam efeitos imediatos, por unanimidade, correspondendo a treze votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e dois votos a favor dos membros eleitos pelo Partido

Social Democrata, quando estavam presentes vinte e quatro membros da Assembleia.-----

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO**-----

-----Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão pelas dezoito horas.-----

-----De tudo, para constar, se lavrou a presente acta que, nos termos da Lei, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e pelo Segundo Secretário.-----

-----O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,-----

-----O SEGUNDO SECRETÁRIO,-----